



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

quarta-feira • 31 de maio de 2006

GREVE JÁ: SERVIDORES DO JUDICIÁRIO PARAM ATIVIDADES POR TEMPO INDETERMINADO

A partir das 7h desta quarta-feira (31/05), os servidores do Judiciário param as atividades por tempo indeterminado até a negociação definitiva do seu projeto de PCS (o PL 5845/05).

A decisão foi tomada durante assembléia realizada na tarde de ontem, com a participação de mais de 500 servidores. O motivo do retorno à paralisação foi que a categoria deu um prazo para o encerramento das negociações sobre o projeto entre Judiciário, Governo e Legislativo, solicitado pelos presidentes dos tribunais – prazo este que não foi cumprido.

O coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo, participou de reunião com a presidente do STF, ministra Ellen Gracie, a quem lembrou do compromisso assumido pelos presidentes de três tribunais (STF, STJ e TST) de fechar uma negociação até aquela data (ontem, 30/05).

A ministra Ellen disse que nesse período obteve avanços. Contou que, pela manhã, tratou com o presidente Lula sobre o assunto e que o presidente deu o aval para a continuidade das negociações com o Governo, mas não foram fechados ainda os termos do acordo.

Durante a assembléia, os servidores avalia-

ram que apesar de ser um avanço o fato da discussão sobre a proposta de PCS ter sido levada ao presidente Lula, a negociação não foi fechada e, por isso, a categoria não encontrou outra alternativa a não ser a retomada da paralisação.

PROSSEGUIMENTO AOS PIQUETES

Com o retorno à paralisação, hoje, desde cedo a categoria estará realizando piquetes em todos os locais de trabalho do Judiciário. Durante a tarde, os servidores se concentram na Praça dos Tribunais em nova assembléia. O objetivo é avaliar a greve e os rumos do movimento, além de tomar conhecimento das últimas notícias sobre as negociações que estão sendo travadas sobre o PCS. A assembléia acontece a partir das 15h30, na Praça dos Tribunais. Não percam!

Assembléia

Assunto: avaliação da greve e informes sobre as negociações para aprovação do PCS

Data: quarta-feira, 31/05

Horário: 15h30

Local: Praça dos Tribunais

CARTA ABERTA AOS PRESIDENTES DO STF, STJ E TST

No dia 12 de maio, Vossas Excelências reuniram-se para tratar da aprovação do PCS. Nessa reunião definiram trabalhar de maneira unificada a fim de acelerar as negociações com o Poder Executivo.

Na semana seguinte o STF, em nome dessa negociação conjunta, colocou para os servidores a proposta de suspensão da greve por 10 dias, acreditando que tal medida sensibilizaria aquele Poder para fechar a proposta nesse prazo. Os servidores cumpriram sua parte na negociação e no dia 17, suspenderam a greve e marcaram assembléia para 30 de maio (ontem).

Findo o prazo solicitado por Vossas Excelências nenhuma proposta concreta foi apresentada pelo Executivo. Por esse motivo os servidores reunidos em assembléia realizada ontem, na praça dos tribunais, decidiram retomar a greve por tempo indeterminado.

Isso porque acreditamos que não há compromisso do Poder Executivo com a rápida aprovação do PCS dos servidores do Judiciário e que todas as medidas tomadas até agora por seus técnicos tem objetivo de protelar, protelar e protelar. Prova disso é que o projeto tramita desde 31 de agosto de 2005 na Câmara Federal, o governo teve tempo de sobra e se não fechou uma proposta ainda é porque não pretende dar ao Judiciário o mesmo tratamento que deu ao Legislativo – quando aprovou o reajuste para aqueles servidores.

O Judiciário é um Poder independente e quando formou uma comissão interdisciplinar, em 2004, com intenção de reestruturar as carreiras de seus servidores avaliou a necessidade e oportunidade dessa discussão. Avaliou a existência de uma disparidade quanto à valorização salarial, entre os servidores do Judiciário e servidores que ocupam funções similares no Executivo e no Legislativo, o que leva vários funcionários a migrarem para outros órgãos públicos. Motivo pelo qual o PCS do Judiciário tem, também, o objetivo de diminuir tais distorções e garantir ao trabalhador as condições necessárias para exercer sua função com dignidade.

Quando o anteprojeto de PCS foi assinado por todos os presidentes dos tribunais superiores e pelo TJDF esses membros de poder consideraram como uma necessidade para que o Judiciário pudesse ter servidores motivados e capacitados.

Quando o Conselho Nacional de Justiça, deu seu parecer favorável ao PCS, considerou que não há como dar celeridade à justiça sem remunerar bem seus servidores.

Fazemos um apelo à sensibilidade de Vossas Excelências para a nossa reivindicação, que unidos exijam do governo o fim das medidas protelatórias. Afinal, nesse processo os servidores já foram muito pacientes. Não dá mais para esperar: PCS Já!